

CPI do Orçamento

Votação do relatório

20 JAN 1991

deve terminar sábado

20 JAN 1994

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A sessão de apresentação, leitura, discussão e votação do relatório final da CPI do Orçamento, elaborado pelo relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), vai começar às 9 horas de amanhã, devendo ser encerrada no começo da madrugada de sábado.

As regras para a sessão foram aprovadas ontem, por unanimidade, pelo plenário da CPI. A leitura do relatório, que terá pelo menos 275 páginas, deverá demorar pelo menos 10 horas, segundo previsão de Roberto Magalhães. O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA) escalou os deputados Fernando Freire (PFL-RN), Roberto Rollemburg (PMDB-SP) e Lázaro Barbosa (PMDB-GO), para fazer revezamento, de hora em hora, com o relator, na leitura.

Depois da leitura, haverá um intervalo de trinta minutos, para vistas regimentais ao processo. Este será o único intervalo previsto, e, segundo Passarinho, servirá também para jantar. A sessão será reiniciada com a discussão do relatório.

Cada um dos 44 parlamentares integrantes da CPI poderá falar, durante oito minutos. O presidente e o vice-presidente poderão abrir mão do tempo. Já o

relator, Roberto Magalhães, terá quinze minutos. Desta maneira, a discussão poderá durar seis horas.

Passarinho já tem em mãos uma arma para tentar evitar essa demora: usando o Regimento Comum do Congresso, ele poderá, a pedido de um parlamentar, encerrar a discussão, após terem falado quatro senadores e quatro deputados, de partidos diferentes.

A votação será primeiro pelo texto completo. Em seguida, caso os parlamentares tenham feito requerimentos de destaques — supressivos e aditivos — haverá uma seqüência de votações, com cada destaque apresentado isoladamente por três minutos, pelo autor, com resposta, no mesmo tempo, do relator. A votação será em seguida, caso a caso. A CPI vai tentar obter um consenso no sentido de ninguém apresentar destaques.

Ontem foi encerrada a entrega, pelos coordenadores das subcomissões, dos seus relatórios.

Um levantamento feito nos relatórios das subcomissões indica que, até ontem, já existiriam 24 parlamentares com indicação de cassação. As listas, extra-oficiais, chegaram a ser confirmadas por vários integrantes das subcomissões, mas a listagem oficial só será divulgada no relatório de Roberto Magalhães.